



O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ACADEF-ASSOCIAÇÃO CANOENSE DE DEFICIENTES FÍSICOS: desafios e possibilidades

THE WORK PROCESS OF THE SOCIAL WORKER AT ACADEF - CANOENSE ASSOCIATION OF PERSONS WITH PHYSICAL DISABILITIES: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

Gabriela Cantes da Silva¹

Estelamaris de Barros Dihl²

RESUMO

Este artigo apresenta o Trabalho de Conclusão de Curso/TCC em Bacharelado em Serviço Social que ocorreu na Universidade La Salle, no período de 2024. O presente trabalho analisa os processos de trabalho desenvolvidos pelas assistentes sociais no acolhimento e inserção dos usuários na ACADEF - Associação Canoense de Deficientes Físicos, uma organização do terceiro setor voltada para pessoas com deficiência. Ressaltando os desafios presentes, no que tange as questões estruturais e recursos institucionais, a questão das políticas públicas de assistência social na oferta de serviços e a complexidade presente na práxis do assistente no todo da instituição. Conforme Montañó (2017) enfatiza, “o terceiro setor ocupa um espaço que deveria ser do Estado, mas sem a infraestrutura adequada, o que impõe ao assistente social uma pressão adicional para suprir essa lacuna”. Na ACADEF³, tal situação é acentuada pela dependência de financiamento externo e pela necessidade constante de adaptar recursos limitados às necessidades diversas dos usuários em acompanhamento. A discussão se estrutura em torno de uma questão norteadora: sobre os principais desafios que as assistentes sociais enfrentam ao acolher e atender os usuários da ACADEF, levando em conta a natureza do trabalho no terceiro setor. A metodologia utilizada para este trabalho é a de caráter descritivo, através do método de estudo de caso. Os instrumentos utilizados para a pesquisa foram baseados nos diários de campo, entrevistas, visitas domiciliares e de observação. O objetivo geral foi realizar a observação do trabalho das assistentes sociais na realização de suas atividades, os obstáculos encontrados no terceiro setor e as maneiras de enfrentamento aos quais eram utilizadas para driblar as mais diversas situações. Os principais resultados desta pesquisa apontam para a necessidade de ampliar o debate sobre os desafios e as possibilidades da oferta de serviços e a atuação do Assistente Social no terceiro setor, pois conforme Fuza (2015) observa, “o acolhimento adequado requer não apenas empatia, mas também estrutura e suporte contínuos, muitas vezes ausentes nas organizações do terceiro setor”. O presente artigo permite reflexões sobre a capacidade das

entidades do terceiro setor, que impactam na qualidade dos atendimentos, considerando que a escassez de recursos e a falta de apoio institucional poderá comprometer os atendimentos aos usuários e o processo de trabalho dos profissionais. Iamamoto (2018), nos traz que “a prática do assistente social é constantemente desafiada pelas limitações institucionais que inibem a transformação social”. Outro elemento importante neste debate são os convênios com as políticas públicas, em especial da Assistência Social, pois muitas vezes é o recurso prioritário da Instituição. Já Montañó (2017) sugere que “sem uma política pública efetiva de assistência, o assistente social encontra-se sobrecarregado, com poucos recursos para realizar um acolhimento digno e inclusivo”. Nesse contexto, os resultados desta pesquisa apontam para uma reflexão sobre a tercerização das responsabilidades do Estado para as Instituições do terceiro setor, o qual oferta atendimentos limitados devido a questão de recursos, que impacta diretamente na garantia de direitos sociais as pessoas com deficiência. Por fim, este artigo foi realizado com uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, através do método de estudo de caso sobre o Projeto de inclusão à cidadania (PIC), que oferece diversas atividades para pessoas com deficiências múltiplas e o projeto atualmente conta com vinte e seis usuários, além disso o estudo deste trabalho também contribuiu para a reflexão sobre o papel dos assistentes sociais em contextos desafiadores e sobre a necessidade de fortalecer as políticas públicas de assistência social, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de práticas mais eficazes e inclusivas no terceiro setor.

Palavras-chave: ACADEF; Terceiro Setor; Assistente Social; Políticas Sociais

¹ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade La Salle - Unilasalle, matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação da Prof. Dra. Estelamaris de Barros Dihl. Data de entrega: 29 de novembro de 2024.

² Dra. Estelamaris de Barros Dihl, e-mail: estelamaris.dihl@unilasalle.edu.com.br.

³ Associação Canoense de Deficientes Físicos.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharelado em Serviço Social, na Universidade LaSalle em Canoas, RS. O processo de construção considerou os quatro anos de formação teórica e as práticas através dos estágios I e II que ocorreram em 2024 na ACADEF-Associação Canoense de deficientes físicos. A ACADEF - Associação Canoense de Deficientes Físicos, é uma organização do terceiro setor que atua no município de Canoas, Rio Grande do Sul, oferecendo serviços de reabilitação para pessoas com deficiência, promovendo inclusão social e defendendo seus direitos.

A ACADEF é uma instituição dedicada à melhoria das condições de vida de usuários em situação de vulnerabilidade, a qual se depara com desafios como as limitações de recursos de pessoal e financeiros e também a dependência das políticas públicas para sustentar suas atividades. Sabe-se que o Terceiro Setor, em suas parcerias com o Estado tende a ocupar um papel que vai muito além de suas capacidades. O terceiro setor funciona a partir da relação e ou comprometimento entre Estado, sociedade civil e organizações, as quais buscam ofertar serviços que atendam as demandas dos usuários.

No contexto da ACADEF, o acolhimento inclusivo e acessível torna-se fundamental para garantir o direito à cidadania das pessoas com deficiência. Esse acolhimento, no entanto, requer uma práxis do profissional que vá além do atendimento imediato, estabelecendo um vínculo e promovendo o acesso aos direitos do usuário, assim, fortalecendo a autonomia dos mesmos. Iamamoto (2018) destaca que a intervenção do assistente social precisa “ir ao encontro das demandas sociais, respeitando as individualidades e promovendo a inclusão”.

Tal acolhimento exige que os assistentes sociais compreendam as singularidades dos usuários, buscando reduzir as desigualdades e garantir um atendimento inclusivo, diante as adversidades presentes na Instituição. A ACADEF também proporciona serviços de reabilitação e inclusão através de captação de recursos advindos de emendas parlamentares, que são utilizados para obras de melhorias da instituição, além de contratos de gestão de prestação de serviços de Assistência Social/PMC (via SUAS para Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiências, Idosos, suas famílias e Fundo municipal da criança e do adolescente); Contratos de gestão para prestação de serviços públicos de saúde realizados via SUS; Captação de recursos privados para projetos sociais através de editais; Contratos de aprendizagem e doações de origem privada.

Este estudo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades na teoria e prática do assistente social no acolhimento aos usuários da ACADEF, considerando as especificidades de uma organização voltada para pessoas com deficiência. Três questões norteadoras guiaram a pesquisa, (1) identificar os principais desafios enfrentados pelos assistentes sociais no acolhimento e atendimento aos usuários da ACADEF; (2) avaliar os recursos públicos e privados e a estrutura da ACADEF que poderá impactar na qualidade dos atendimentos, (3) mapear as possibilidades existentes na ACADEF implicadas na garantia dos direitos dos usuários. O estudo busca contribuir nas reflexões acadêmicas sobre os desafios e as possibilidades do processo de trabalho do assistente social no terceiro setor, propondo reflexões pertinentes sobre o papel das políticas sociais, ou seja, o estado nesta dinâmica de parceria das responsabilidades, voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência.

2. DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 O papel do terceiro setor na garantia de direitos da pessoa com deficiência

O terceiro setor desempenha um papel essencial no atendimento de populações vulneráveis, especialmente no caso de pessoas com deficiência, que frequentemente enfrentam barreiras significativas para acessar serviços básicos e integrados. Organizações como a ACADEF (Associação Canoense de Deficientes Físicos) têm um compromisso com a inclusão social e a defesa dos direitos desses indivíduos, atuando em áreas onde o Estado muitas vezes não consegue intervir com eficácia. Contudo, a atuação no terceiro setor também apresenta uma série de desafios específicos que impactam diretamente na qualidade e no alcance do acolhimento oferecido aos usuários.

Carlos Montaña (2017) observa que as organizações do terceiro setor acabam assumindo responsabilidades que originalmente seriam do Estado, mas sem os recursos e a estrutura adequada para responder de forma eficaz a essas demandas. Ele afirma que “a transferência de responsabilidades ao terceiro setor reflete um processo de desresponsabilização do Estado, gerando uma sobrecarga nas organizações e precarizando os serviços oferecidos”. Essa dependência de doações, parcerias e financiamentos externos torna o funcionamento dessas organizações instável e, em muitos casos, insuficiente para atender plenamente as necessidades de seus usuários. A vulnerabilidade financeira impacta diretamente a capacidade da ACADEF de oferecer um acolhimento inclusivo e adequado,

resultando em limitações para os assistentes sociais que trabalham na linha de frente do atendimento.

2.2 A pessoa com deficiência no Brasil

A trajetória das pessoas com deficiência no Brasil está enraizada nos contextos culturais, políticos e econômicos que moldaram a sociedade brasileira ao longo dos séculos. Historicamente, as pessoas com deficiência foram marginalizadas e enfrentaram estigmatização social, preconceito e exclusão, reflexos de uma sociedade marcada pela desigualdade estrutural.

Durante o período colonial, a pessoa com deficiência era muitas vezes vista como incapaz ou como um fardo para a sociedade. Influenciados por uma visão assistencialista e de caridade, derivada principalmente das influências religiosas, pessoas com deficiência eram frequentemente tratados como objetos de pena. Nesse contexto, práticas de exclusão predominavam. Segundo Montañó (2015), a caridade desempenhou um papel central no Brasil colonial, reforçando relações de dependência e submissão.

No Brasil Imperial, a precariedade das políticas sociais acentuava as condições de vulnerabilidade das pessoas com deficiência. O Estado exercia um papel iniciante na garantia de direitos, deixando essa responsabilidade à Igreja e a organizações filantrópicas. Assim, a deficiência era abordada sob a ótica da limitação individual e da necessidade de assistência pontual, perpetuando a exclusão dessas pessoas da vida pública.

O século XX marcou o início de mudanças mais significativas, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970, com o surgimento de movimentos em prol dos direitos das pessoas com deficiência. Esse período foi influenciado por transformações globais, como o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, que inspirou ações em outras partes do mundo.

A Constituição de 1988 foi um marco importante, representando um avanço na inclusão social das pessoas com deficiência. Ela garantiu direitos fundamentais, incluindo o acesso à educação, saúde e trabalho, além de prever a proibição da discriminação. Conforme destaca Iamamoto (2007), a Constituição Cidadã incorporou a perspectiva da seguridade social como um direito universal, o que também impactou positivamente a vida das pessoas com deficiência.

A década de 1990 viu a promulgação de importantes legislações, como a Lei de Cotas

(Lei nº 8.213/91), que determinou a obrigatoriedade de contratação de pessoas com deficiência por empresas com mais de cem funcionários. Essa legislação foi um passo importante no combate à exclusão do mercado de trabalho. No entanto, as barreiras culturais e estruturais continuaram sendo desafios significativos.

Atualmente, o Brasil apresenta um arcabouço legislativo robusto em relação aos direitos das pessoas com deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, representou um avanço significativo ao consolidar os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU.

Todavia, ainda existem desafios estruturais e institucionais que limitam a plena inclusão dessas pessoas. Como enfatiza Fuza (2020), a deficiência deve ser compreendida sob a ótica do modelo social, que considera as barreiras impostas pela sociedade como os principais entraves à inclusão. Fuza argumenta que a superação dessas barreiras exige não apenas legislações, mas também mudanças culturais e o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais.

O assistente social desempenha um papel essencial nesse contexto, atuando como mediador na garantia de direitos e no enfrentamento das desigualdades. A abordagem crítica proposta por autores como Yamamoto (2007) reforça a importância de compreender a deficiência no contexto das relações sociais capitalistas, em que as políticas públicas muitas vezes reproduzem exclusões e desigualdades.

2.3 O impacto do terceiro setor na vida das pessoas com deficiência: O exemplo da Associação Canoense de Deficientes Físicos

O terceiro setor, composto por organizações da sociedade civil e entidades sem fins lucrativos, tem desempenhado um papel crucial no enfrentamento das desigualdades sociais e na promoção da inclusão de pessoas com deficiência no Brasil. Essas organizações complementam as políticas públicas, atuando em áreas onde o Estado frequentemente se mostra insuficiente, ao oferecer serviços especializados e acolhimento qualificado. A Associação Canoense de Deficientes Físicos - ACADEF, é um exemplo emblemático de como o terceiro setor pode transformar a vida de pessoas com deficiência, promovendo autonomia, dignidade e inclusão social.

A atuação do terceiro setor no apoio às pessoas com deficiência se destaca pela sua capacidade de articular respostas rápidas e direcionadas às necessidades específicas desse

grupo. Conforme destaca Montañó (2015), o terceiro setor desempenha uma função estratégica na sociedade brasileira, especialmente em um contexto de desigualdade estrutural, preenchendo lacunas deixadas pelas políticas públicas. Organizações como a ACADEF oferecem serviços essenciais, como reabilitação física, intelectual e auditiva, além da capacitação profissional e orientação para o exercício dos direitos sociais.

Além disso, o terceiro setor contribui para a conscientização social, promovendo campanhas de combate ao preconceito e incentiva a construção de uma sociedade mais inclusiva. De acordo com Iamamoto (2007), essas organizações têm o potencial de ampliar o debate público sobre os direitos das pessoas com deficiência, pressionando o Estado a cumprir seu papel constitucional de garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades.

A ACADEF, localizada em Canoas (RS), é uma organização sem fins lucrativos que demonstra a relevância do terceiro setor na transformação da realidade das pessoas com deficiência. Fundada em 1979, a instituição atua diretamente no acolhimento de pessoas com deficiência física, oferecendo serviços como fisioterapia, assistência social, capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho.

Entre suas ações, destaca-se o trabalho de mediação entre os usuários e o setor público, facilitando o acesso a direitos e benefícios sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e programas de reabilitação. A ACADEF também realiza projetos de sensibilização com empresas locais, incentivando a contratação de pessoas com deficiência e promovendo o cumprimento da Lei de Cotas (Lei nº 8.213/91).

O impacto da ACADEF na vida dos seus usuários vai além do atendimento direto. A organização promove a autonomia e a autoestima dos beneficiários, contribuindo para a quebra de barreiras sociais e culturais. Como enfatiza Fuza (2020), o trabalho desenvolvido pelo terceiro setor deve buscar não apenas a assistência imediata, mas também a superação das barreiras estruturais que limitam a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade.

Apesar de sua relevância, o terceiro setor também enfrenta desafios significativos, como a insuficiência de recursos financeiros e a dependência de parcerias públicas e privadas para manter suas atividades. No caso da ACADEF, a busca por financiamento e o fortalecimento de redes intersetoriais são estratégias fundamentais para garantir a continuidade e a expansão dos seus serviços.

Ademais, o trabalho no terceiro setor exige um olhar crítico sobre as limitações impostas por uma sociedade excludente. Como aponta Iamamoto (2007), o profissional do Serviço Social, atuando nesse contexto, deve combinar ações de atendimento emergencial

com a luta pela transformação estrutural, visando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

2.4 Atribuições do assistente Social no terceiro Setor

O terceiro setor, composto por organizações da sociedade civil e entidades sem fins lucrativos, desempenha um papel central na promoção de direitos e na oferta de serviços a populações em situação de vulnerabilidade social. Nesse cenário, o assistente social se consolida como um profissional estratégico, responsável pela implementação de ações voltadas à inclusão social, à defesa de direitos e à articulação de políticas públicas, com base em um referencial crítico e ético. Conforme aponta Montaña (2015) e Yamamoto (2007), o trabalho do assistente social em contextos não estatais deve estar alinhado a uma perspectiva de transformação social, evitando a reprodução de práticas meramente assistencialistas.

Entre as atribuições do assistente social no terceiro setor, destaca-se a realização de diagnósticos sociais, fundamentais para compreender as demandas e os perfis dos usuários. A partir dessas análises, o profissional contribui para o planejamento de ações e a implementação de projetos sociais que respondam de forma qualificada às necessidades identificadas. Essas atividades podem incluir desde iniciativas de educação e qualificação profissional até a promoção de acesso a direitos como saúde, habitação e justiça, conforme discutido por Fuza (2020). O assistente social, nesse contexto, frequentemente atua como mediador entre os beneficiários e o poder público, facilitando o acesso a políticas e serviços.

Uma das funções centrais do assistente social no terceiro setor é o acolhimento dos usuários, que envolve a escuta qualificada e a construção de vínculos baseados no respeito e na empatia. Como destaca Yamamoto (2007), o acolhimento vai além do atendimento imediato, sendo uma prática que reforça o reconhecimento dos sujeitos como portadores de direitos e protagonistas de sua própria história. Essa atuação promove um espaço seguro para que os usuários possam expressar suas necessidades, contribuindo para a formulação de intervenções mais eficazes.

Além disso, o assistente social no terceiro setor desempenha um papel crucial na articulação de redes de apoio e serviços intersetoriais. Essa prática amplia as possibilidades de atendimento integral e fortalece a inserção dos usuários em sistemas de proteção social mais abrangentes. Segundo Montaña (2015), a articulação intersetorial é uma estratégia fundamental para superar a fragmentação das políticas sociais e assegurar a efetivação dos

direitos sociais.

No entanto, a atuação do assistente social no terceiro setor não está isenta de desafios. A precariedade de recursos financeiros e materiais, somada à falta de políticas públicas consolidadas que articulem o terceiro setor ao Estado, muitas vezes limita as ações das organizações e exige soluções criativas por parte dos profissionais. Esses desafios reforçam a necessidade de um posicionamento ético e político, conforme enfatiza Fuza (2020), que ressalta a importância de enfrentar as desigualdades estruturais e denunciar as condições de exclusão.

Assim, a atuação do assistente social no terceiro setor envolve uma prática crítica e reflexiva, orientada pela promoção da autonomia dos usuários, pela defesa intransigente de direitos e pela transformação das estruturas que perpetuam a desigualdade social. Como afirma Iamamoto (2007), o trabalho profissional deve ir além da assistência pontual, buscando enfrentar as raízes das vulnerabilidades e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

2.5 O papel da assistente social na Associação Canoense de Deficientes físicos

A Associação Canoense de Deficientes Físicos – ACADEF, atua como uma organização do terceiro setor com o objetivo de promover a inclusão e os direitos das pessoas com deficiência. Em seu quadro de profissionais, o assistente social exerce um papel crucial, assumindo responsabilidades que vão desde o acolhimento dos usuários até a mediação de políticas públicas, com o intuito de garantir o acesso e o fortalecimento dos direitos sociais. Como destaca Iamamoto (2008), a atuação do assistente social deve estar sempre alinhada à defesa dos direitos sociais, especialmente em contextos de desigualdade e vulnerabilidade.

O papel do assistente social na ACADEF inicia-se com o acolhimento dos usuários, um processo de escuta ativa e qualificada que visa conhecer suas necessidades e expectativas. Essa fase é fundamental para estabelecer uma relação de confiança, essencial para que o usuário se sinta amparado e respeitado em sua individualidade. Ao entender as demandas específicas, o assistente social pode planejar e direcionar as ações e serviços de forma mais assertiva, garantindo um atendimento adequado. Nesse sentido, Fuza (2014) enfatiza que a escuta e o acolhimento são práticas essenciais na construção de um vínculo de confiança, sendo a base para a promoção de ações que respeitem a singularidade do sujeito.

Dentro da ACADEF, o assistente social também realiza o trabalho de articulação com outros serviços e redes de apoio, atuando como ponte entre os usuários e as políticas públicas. Através dessa mediação, o profissional busca garantir o acesso dos usuários a serviços essenciais, como saúde, educação, habitação e assistência social, com foco na inclusão e na autonomia dessas pessoas. Essa atuação intersetorial é essencial para o enfrentamento das barreiras que limitam a participação social das pessoas com deficiência física, promovendo seu acesso a direitos e facilitando a superação de obstáculos no cotidiano. Conforme Montaña (2011), a mediação de políticas públicas e a articulação entre serviços são fundamentais para a efetivação dos direitos dos usuários, especialmente em contextos de marginalização social.

Além disso, o assistente social na ACADEF desempenha um papel ativo na elaboração e execução de projetos sociais que promovem a integração social e a qualidade de vida dos usuários. Entre esses projetos, destacam-se programas de capacitação profissional, oficinas de reabilitação e atividades culturais, os quais buscam fortalecer o protagonismo das pessoas com deficiência. O desenvolvimento desses projetos requer um conhecimento aprofundado das necessidades e particularidades do público atendido, o que confere ao assistente social um papel central na construção de uma ACADEF mais inclusiva e efetiva. Iamamoto (2008) ressalta que, ao planejar e implementar tais projetos, o assistente social deve considerar as especificidades do público, garantindo uma abordagem holística que contemple as dimensões individuais e coletivas dos sujeitos.

As possibilidades de trabalho realizadas pelo assistente social em uma instituição do terceiro setor, como a ACADEF, são amplas e fundamentadas na articulação entre os direitos sociais e a promoção da cidadania. Essas instituições oferecem um espaço privilegiado para o desenvolvimento de projetos e ações voltados à inclusão social, ao fortalecimento da autonomia dos sujeitos e à superação de barreiras impostas pelas desigualdades estruturais. O assistente social pode atuar na formulação e execução de projetos sociais, na mediação do acesso às políticas públicas, na orientação e acompanhamento dos usuários e na construção de redes de apoio. Além disso, há a oportunidade de contribuir para a conscientização crítica dos sujeitos atendidos, promovendo ações educativas e de mobilização que reforcem o protagonismo dos usuários na busca por seus direitos, consolidando o papel da instituição como um agente transformador da realidade social. Como afirmam Iamamoto (2008) e Fuza (2014), o assistente social deve buscar não apenas a inserção dos sujeitos nas políticas públicas, mas também promover uma educação para a cidadania, fortalecendo o papel do indivíduo como

sujeito de direitos.

Já os desafios enfrentados pelo assistente social são múltiplos, especialmente devido às limitações estruturais e financeiras comuns às organizações do terceiro setor. Em meio a essa realidade, o profissional é desafiado a encontrar soluções inovadoras e adaptativas, de forma a manter a qualidade dos serviços e assegurar o atendimento aos usuários. Além disso, a carência de políticas públicas efetivas para a inclusão de pessoas com deficiência representa uma barreira adicional, que exige do assistente social uma atuação política e crítica para defender os direitos desse público. Montañó (2011) destaca que a escassez de recursos e a insuficiência de políticas públicas eficazes exigem uma atuação crítica do assistente social, que deve lutar pela garantia e ampliação dos direitos dos sujeitos atendidos.

Nesse sentido, o papel do assistente social não se restringe ao atendimento direto aos usuários, mas abrange uma atuação ampla e comprometida com a transformação social. Ao atuar em defesa dos direitos e da inclusão das pessoas com deficiência, o assistente social fortalece a luta contra a discriminação e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Como Iamamoto (2008) e Fuza (2014) nos trazem, a atuação do assistente social, pautada no respeito aos direitos humanos e na luta contra a desigualdade, é fundamental para a promoção de uma sociedade inclusiva e democrática.

3. METODOLOGIA

O projeto de intervenção traz como proposta o acompanhamento, no período de abril a novembro de 2024, de seis usuários beneficiados pelo projeto de inclusão a cidadania (PIC), realizar entrevistas semiestruturadas, visitas domiciliares e encaminhamentos a rede socioassistencial.

3.1 Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

A metodologia optou por uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, através do método de estudo de caso, na perspectiva de Robert K. Yin (2005) e da análise de conteúdo, que de acordo com Laurence Bardin (2009), é conceituada como um conjunto de instrumentos metodológicos aplicados aos mais variados tipos de comunicações. Este estudo teve como objetivo identificar os programas, projetos e serviços ofertados pela Acadef no fortalecimento dos direitos sociais e as características dos usuários do Projeto de

Inclusão à cidadania na Associação.

Os principais instrumentos técnicos utilizados foram: entrevista semiestruturada, observação participante, diário de campo, busca ativa, visita domiciliar, encaminhamentos, estudo social, entre outros. Os dados que foram coletados serviram de material para este artigo.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta sessão compartilharemos os principais dados que foram construídos no decorrer desta pesquisa. Participam do projeto vinte e seis alunos beneficiados pelo Projeto de inclusão à cidadania, que visa apoiar as pessoas com deficiência física, em suas iniciativas pessoais, profissionais e sociais, no sentido de integrá-las a sociedade e ao mundo. Na pesquisa e coleta de informações, foram utilizados dados de seis alunos do Projeto.

Em execução desde 1995 através de uma parceria entre a ACADEF e a Prefeitura Municipal de Canoas, o PIC tem obtido sucesso na inclusão social, vivências e geração de renda. Isto acontece através de oficinas como: Informática, Cidadania, Atividade Motora Adaptada, Inglês Básico, Papel Reciclado, Artesanato em Geral, Grupo de Mediação Psicopedagógico, Oficina de Linguagem, palestras e visitas técnicas. Estas oficinas acontecem nos turnos da manhã e tarde, quatro vezes por semana.

Todas estas atividades visam levar os alunos a adquirirem conhecimentos e habilidades para a inserção no mercado de trabalho, aumentar a renda familiar com a produção de artesanato ou com a prestação de serviços em sua própria casa, e também buscam a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade com qualidade de vida.

Desta forma a pessoa com deficiência que chega na ACADEF, encontra um ambiente propício para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Um local adaptado que, na medida do possível, conta ainda com o transporte, também adaptado, oferecido pela Associação. Sendo assim, a ACADEF mantém o PIC, viabilizando ao deficiente, a possibilidade de desenvolver uma vida independente, uma melhor socialização e uma ocupação laboral, de maneira a dar novos rumos a sua vida.

4.1 Perfil dos usuários da ACADEF

Os usuários que participaram do estudo têm entre 24 e 49 anos (tabela 1). Com relação a renda, é unânime que recebam um salário mínimo, proveniente do BPC-LOAS e tenham a escolaridade

entre o ensino fundamental incompleto e ensino médio completo.

Quadro I - Perfil dos usuários

Família	Sexo	Idade	Estado civil	Renda familiar	Escolaridade	Mora com quem?	Deficiência
Usuário I	Mulher	24 Anos	Solteira	R\$: 1.412,00	Ensino Fundamental Incompleto	Com os pais	Parilisia cerebral
Usuário II	Mulher	27 Anos	Solteira	1.412,00	Ensino Fundamental Incompleto	Com a mãe	Parilisia cerebral
Usuário III	Mulher	40 Anos	Solteira	R\$: 1.412,00	Ensino Fundamental Incompleto	Com os pais	Parilisia cerebral
Usuário IV	Mulher	39 Anos	Solteira	1.412,00	Ensino Fundamental Incompleto	Com o irmão e cunhada	Parilisia cerebral
Usuário V	Homem	46 Anos	Solteira	R\$: 1.412,00	Ensino Médio Incompleto	Com os pais	Parapasia Espástica
Usuário VI	Homem	49 Anos	Solteiro	R\$: 1.800,00	Ensino Médio Completo	Com a esposa	Paraplegia após acidente

Quadro produzida pela autora(2024).

Observa-se que a maioria das beneficiárias do projeto são mulheres, na faixa de 20 a 39 anos, sem companheiros, com renda média de um salário-mínimo. Quanto à escolarização, o ensino fundamental incompleto é a realidade de 100% das usuárias.

Gráficos I e II – Sexo dos usuários e Faixa etária

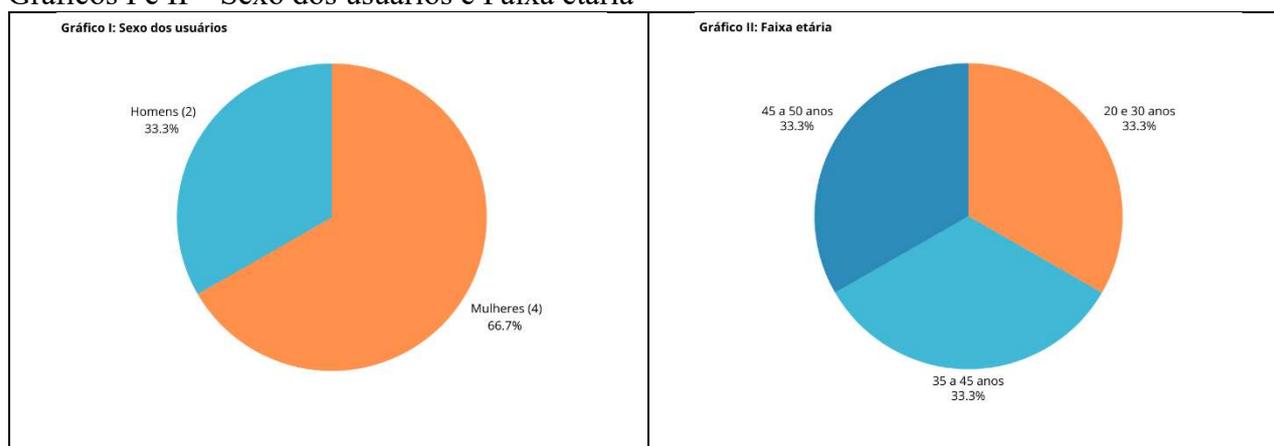


Gráfico elaborado pela autora (2024)

Analisando o gráfico I acima, a distribuição de gênero entre os assistidos revela uma predominância feminina, com 66,7% e no gráfico II, a faixa etária é dividida entre os usuários, com idade entre 20 a 50 anos.

Quadro II

Usuário (a)	Atividades desenvolvidas	Relato dos usuários sobre o trabalho desenvolvido
Usuária de 24 anos, com paralisia cerebral.	Oficinas de Informática, Cidadania, Atividade Motora Adaptada, Inglês Básico, papel reciclado, Artesanato em geral, Grupo de mediação sociopedagógico., Oficinas de linguagem, palestras e visitas técnicas.	A usuária frequenta a ACADEF semanalmente para vir ao PIC. Devido à paralisia Cerebral que teve ao nascer, possui dificuldades na locomoção e fala, mas isso não é problema para o aluno de música que faz sucesso no grupo musical do PIC. A batida do bumbo é a sua voz e é assim que ele se comunica, com notas que expressam sua força de vontade. Para interagir com o mundo externo, a usuária faz uso de uma plaquinha, onde aponta de letra em letra, o que quer dizer, e embora realize um esforço grandioso, ela não desiste. A verdade é que a usuária serve de inspiração e suas limitações não conseguem lhe fazer parar no tempo, pois ele tira proveito disso e faz diferente, superando e sendo um exemplo à se seguir.
Usuária de 27 anos, com paralisia cerebral.	Oficinas de Informática, Cidadania, Atividade Motora Adaptada, Inglês Básico, papel reciclado, Artesanato em geral, Grupo de mediação sociopedagógico., Oficinas de linguagem, palestras e visitas técnicas.	A usuária conta que o tratamento lhe ajudou em diversos aspectos físicos e que infelizmente algumas sequelas não puderam ser revertidas. Porém, com a entrada no PIC a vida ganhou um outro brilho e ele passou a não se sentir mais triste por se encontrar naquela situação. “O programa foi um divisor de águas na minha vida, pois as minhas experiências anteriores de convivência em grupo não foram muito agradáveis e a minha inserção no PIC me trouxe pessoas que viviam em condições não tão favoráveis, mas que eram extremamente felizes” ressalta a usuária.
Usuária de 40 anos, com paralisia cerebral.	Oficinas de Informática, Cidadania, Atividade Motora Adaptada, Inglês Básico, papel reciclado, Artesanato em geral, Grupo de mediação sociopedagógico., Oficinas de linguagem, palestras e visitas técnicas.	O fato de ter paralisia cerebral nunca foi um empecilho para ela, que foi inserida no Programa de Inclusão a cidadania (PIC) e começou mais uma trajetória de superação. O programa serviu de estímulo para a usuária, que viu tudo o que conseguia realizar durante as atividades e a incentivou cada vez mais na sua independência.
Usuária de 39 anos, com paralisia cerebral.	Oficinas de Informática, Cidadania, Atividade Motora Adaptada, Inglês Básico, papel reciclado, Artesanato em geral, Grupo de mediação sociopedagógico., Oficinas de linguagem, palestras e visitas técnicas.	A usuária nasceu com paralisia cerebral, e há muitos anos pertence ao Programa Integral de Capacitação da ACADEF. Ela adora participar das aulas de arte e sua inserção no programa trouxe outros avanços, que a motivam a ir contra os obstáculos.

Usuária de 46 anos, com Parapasia Espástica.	Oficinas de Informática, Cidadania, Atividade Motora Adaptada, Inglês Básico, papel reciclado, Artesanato em geral, Grupo de mediação sociopedagógico., Oficinas de linguagem, palestras e visitas técnicas.	O usuário ficava em casa sem muitas atividades para passar o tempo, pois a parapasia espástica, que atinge os membros inferiores o impedia de caminhar. Agora, o usuário faz parte do PIC e diz que a rotina ao lado dos colegas é animada, porque a alegria habita as aulas semanais. O programa o levou a desbravar mundos que ainda não havia explorado, o despertando para uma vida nova. Assim como conta que antes não saia de casa e se privava de muitas coisas, hoje ele relata o quanto seu destino mudou e ainda vai mudar.
Usuário de 49 anos, paraplegia.	Oficinas de Informática, Cidadania, Atividade Motora Adaptada, Inglês Básico, papel reciclado, Artesanato em geral, Grupo de mediação sociopedagógico., Oficinas de linguagem, palestras e visitas técnicas.	Desde o seu primeiro contato com o PIC, o usuário se identificou com as oficinas disponibilizadas e gostou de produzir artesanatos, levando a arte para a sua rotina em casa. Segundo o usuário, a sua inserção no PIC fez com que ele possuísse mais independência e visitasse sozinho diversos lugares da cidade com o objetivo de se entreter. Tímido por natureza, ele fez muitos amigos no programa, que tornavam suas horas de oficinas muito mais alegres.

Quadro produzido pela autora (2024).

A inclusão social é um valor fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No Brasil, programas como o Programa de Inclusão à Cidadania, realizado pela Associação Canoense de Deficientes Físicos (ACADEF), são essenciais para garantir que pessoas com deficiência possam exercer plenamente seus direitos civis, sociais e culturais.

Carlos Montano, em suas análises sobre a inclusão, destaca que a cidadania é um direito que deve ser garantido a todos, sem exceções. Ele afirma que a verdadeira cidadania não é apenas o reconhecimento formal do direito de participação, mas a remoção das barreiras sociais, físicas e psicológicas que excluem uma parcela significativa da população. Nesse sentido, a atuação de entidades como a ACADEF é de suma importância, pois essas organizações trabalham para promover um ambiente onde as pessoas com deficiência possam acessar direitos e se engajar ativamente na sociedade.

O Programa de Inclusão à Cidadania da ACADEF visa, principalmente, a integração social das pessoas com deficiência, oferecendo a eles a oportunidade de participar de atividades culturais, educacionais e de capacitação. Tais ações são fundamentais para o fortalecimento da autoestima e para a construção de um ambiente de solidariedade e respeito às diferenças. Mais do que isso, essas iniciativas buscam mostrar à sociedade que as pessoas

com deficiência são agentes de mudança, capazes de transformar suas realidades e contribuir para o desenvolvimento de sua comunidade.

Ao proporcionar espaços de aprendizado e convivência, o programa não apenas melhora a qualidade de vida dos participantes, mas também sensibiliza a comunidade sobre a importância da inclusão e do respeito. Isso se alinha ao pensamento de Montano, que defende que a inclusão não deve ser vista como um favor ou algo que se concede, mas como uma obrigação do Estado e da sociedade em garantir que todos possam viver com dignidade.

A reflexão que surge a partir dessas ações é clara: a cidadania não é apenas a obtenção de documentos ou o direito de votar. Cidadania é, sobretudo, a possibilidade de viver sem limitações impostas pela sociedade, de acessar todos os espaços e de ser reconhecido como igual em dignidade e direitos. O Programa de Inclusão à Cidadania da ACADF faz justamente isso: luta pela plena participação das pessoas com deficiência, contribuindo para um futuro onde a inclusão seja a regra, e não a exceção.

4.2 Análise das atividades realizadas pelos usuários na ACADEF

Durante o estágio I e II, foi possível identificar as principais atividades realizadas pelo grupo do Projeto de Inclusão Social na ACADEF. O projeto visa oportunizar a aprendizagem eficiente e contínua que poderá se estender ao longo da vida. São desenvolvidas oficinas de artesanato, cidadania e atualidades, informática, letramento, música, interação e melhoria na qualidade de vida. O público alvo do Projeto são pessoas com deficiências múltiplas e que recebem as aulas todas as segundas, quartas e sexta-feiras, com atividades alternadas. Demonstrando sobre como o trabalho do projeto impacta na vida dos usuários, trago como referência o relato do usuário IV.

O mesmo trabalhava como metalúrgico, era um funcionário dedicado e pai de família presente, vivia uma vida normal quando ao ir para o serviço, em sua bicicleta, foi atingido por um carro em alta velocidade, que o fez despencar 10 metros de um viaduto. Atrás dele estava a brigada militar que o socorreu imediatamente e o levou ao hospital mais próximo. O usuário fraturou gravemente a coluna e foi submetido a uma delicada cirurgia na medula, mas isso não o impediu de perder o movimento das pernas. Ao receber a notícia de que ficara paraplégico, se apegou em sua família, mas a tristeza era imensurável. Ele conta que tudo “Parecia um pesadelo, foi cruel, pois eu era muito ativo, jogava futebol de salão três vezes por semana e de

repente me encontrava naquela situação”.

Durante muito tempo, o usuário ficou revoltado com a vida, raramente passeava e pouco conversava com outras pessoas. Foi quando em 2006, o voluntário da Acadef, Jair Silveira, fez uma visita para ele juntamente com o projeto ‘Cuidar’ e o convidou a conhecer e participar dos projetos da Acadef.

Ao ser apresentado à instituição, o usuário pôde ter contato com pessoas que viviam na mesma realidade que ele, e descobriu que a felicidade batia novamente em sua porta. Rapidamente, foi inserido no PIC – Programa Integral de Capacitação, o qual segundo ele, foi o primeiro progresso que teve desde o acidente. E a partir do interesse pela oficina de artesanato, começou a auxiliar os instrutores durante as aulas, explicando e ensinando aos colegas a prática de produzir papel reciclado.

Hoje, passada esta etapa, o usuário atua como voluntário no projeto ‘Cuidar’, que realiza visitas a residências de pessoas que possuem casos semelhantes, que o fazem lembrar de si quando adentrou a ACADEF. Através de seu início no PIC, o qual foi o estopim de sua história com a Associação, ele teve a certeza de que o progresso existe, enxergando inúmeros horizontes, transformando destinos assim como ocorreu consigo.

5. DISCUSSÃO TEÓRICA

O processo de trabalho do assistente social na ACADEF – Associação Canoense de Deficientes Físicos – enfrenta desafios e apresenta possibilidades significativas no atendimento a um público diversificado e em situação de vulnerabilidade. Neste contexto, o perfil predominante dos usuários do projeto, com idades entre 24 e 49 anos, renda média de um salário-mínimo e níveis de escolaridade que variam entre o ensino fundamental incompleto e o ensino médio completo, aponta para a necessidade de estratégias específicas no trabalho social. Esse grupo, inserido no projeto de Inclusão à Cidadania, demanda de ações que articulem direitos sociais, cidadania e emancipação, refletindo o compromisso ético-político do Serviço Social.

De acordo com Yamamoto (2008), o assistente social atua em um contexto de múltiplas determinações, onde as condições de vida dos sujeitos atendidos são influenciadas pelas desigualdades estruturais do capitalismo. Os usuários da ACADEF enfrentam desafios ligados à precarização das condições econômicas e educacionais, o que os insere em uma dinâmica de

vulnerabilidade social. Para Montaña (2011), a desigualdade estrutural gera uma exclusão persistente de direitos, e é papel do assistente social tensionar essas barreiras, promovendo o acesso aos direitos fundamentais.

A baixa escolaridade e a renda limitada reforçam a exclusão social e dificultam a plena inserção desses indivíduos na sociedade, especialmente no mercado de trabalho. Nesse sentido, Carlos Fuza (2014) aponta que o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas é central no enfrentamento da exclusão social, exigindo projetos que priorizem a autonomia dos sujeitos e a construção de uma cidadania ativa. O projeto de Inclusão à Cidadania na ACADEF, ao se pautar nesses princípios, apresenta-se como uma ferramenta estratégica para possibilitar mudanças reais na vida dos usuários.

O projeto de Inclusão à Cidadania materializa-se como um espaço de mediação entre os direitos sociais e os sujeitos, possibilitando o fortalecimento da autonomia e o acesso às políticas públicas. Para Yamamoto (2008), a ação do assistente social deve estar vinculada à promoção de processos emancipatórios que transcendam as respostas imediatas às necessidades. O projeto atua como uma ponte para superar as barreiras estruturais e institucionais, promovendo a inserção dos usuários em redes de proteção social e na esfera pública. Um dos pontos de destaque é o papel do projeto na ampliação da consciência crítica dos participantes.

Conforme Montaña (2011), a consciência dos direitos sociais é essencial para a transformação das condições de vida. Assim, ao promover oficinas, cursos e encontros, o projeto oferece espaços de troca e aprendizado, potencializando os usuários para a luta por seus direitos e para o enfrentamento das situações de desigualdade que vivenciam.

O assistente social, ao atuar nesse cenário, depara-se com desafios relacionados à insuficiência de políticas públicas, à escassez de recursos e à precarização das condições de trabalho. Fuza (2014) alerta para a necessidade de uma articulação constante entre os diferentes atores sociais e as políticas públicas para garantir que os direitos dos usuários sejam assegurados. Além disso, o desafio de lidar com a heterogeneidade das demandas exige um processo de trabalho dinâmico e interdisciplinar, que considere as particularidades de cada sujeito e as dimensões coletivas das intervenções.

O diálogo com os usuários, fundamentado no princípio do respeito às suas singularidades, é essencial para a construção de estratégias que sejam efetivas e respeitem sua autonomia. Esse processo, como destaca Yamamoto (2008), exige do assistente social uma postura crítica e reflexiva frente a complexidade das situações vivenciadas pelos sujeitos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de trabalho do assistente social na ACADEF – Associação Canoense de Deficientes Físicos – evidencia o caráter desafiador e promissor de sua atuação frente a realidade de um público marcado por vulnerabilidades econômicas, sociais e educacionais. O perfil dos usuários atendidos pelo projeto, com idades entre 24 e 49 anos, renda média de um salário-mínimo e níveis de escolaridade limitados, reflete os impactos das desigualdades estruturais e aponta para a urgência de ações que articulem cidadania e inclusão social.

O projeto de Inclusão à Cidadania revela-se como uma importante estratégia de mediação entre os sujeitos e os direitos sociais, promovendo não apenas a integração a políticas públicas, mas também o fortalecimento da autonomia e da consciência crítica dos usuários. Essa iniciativa demonstra como práticas fundamentadas nos princípios ético-políticos do Serviço Social podem transformar realidades, contribuindo para a emancipação social e a superação de barreiras estruturais.

Entretanto, o trabalho do assistente social na ACADEF enfrenta desafios significativos, como a insuficiência de políticas públicas, a precarização dos recursos disponíveis e a necessidade de construir intervenções que dialoguem com a diversidade e a complexidade das demandas apresentadas pelos usuários. Esses desafios demandam uma prática profissional reflexiva, interdisciplinar e comprometida com a promoção de direitos e justiça social.

Conclui-se que, embora existam limites estruturais e institucionais, as possibilidades de intervenção na ACADEF demonstram o potencial do Serviço Social em contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Fortalecer projetos como o de Inclusão à Cidadania é fundamental para garantir que os sujeitos em situação de vulnerabilidade tenham acesso efetivo aos seus direitos, reafirmando o compromisso do Serviço Social com a transformação da realidade social.

REFERENCIAS

- MONTAÑO, Carlos. **Assistência social e o terceiro setor: desafios e possibilidades**. São Paulo: Editora XYZ, 2017.
- MONTAÑO, Carlos. **A questão social no capitalismo: crítica dos conceitos propostos pelo Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.
- FUZA, Maria Carolina Carlos. **Políticas públicas e assistência social: um olhar crítico**. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2015.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempos de mudança: desafios e perspectivas**. Belo Horizonte: Editora DEF, 2018.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela (2007). **Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez.
- MONTAÑO, Carlos. **Fundamentos do Serviço Social: História e crítica**. São Paulo: Cortez.
- FUZA, Maria Carolina Carlos. **Deficiência e desigualdade: Perspectivas críticas no Serviço Social**. Campinas: Editora Contexto.